

O TRABALHO DO ANTROPÓLOGO

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador
Mário Sérgio Vasconcelos

Diretor-Presidente / Publisher
Jézio Hernani Bomfim Gutierre

Superintendente Administrativo e Financeiro
William de Souza Agostinho

Conselho Editorial Acadêmico
Divino José da Silva
Luís Antônio Francisco de Souza
Marcelo dos Santos Pereira
Patricia Porchat Pereira da Silva Knudsen
Paulo Celso Moura
Ricardo D'Elia Matheus
Sandra Aparecida Ferreira
Tatiana Noronha de Souza
Trajano Sardenberg
Valéria dos Santos Guimarães

Editores-Adjuntos
Anderson Nobara
Leandro Rodrigues

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA

O TRABALHO DO ANTROPÓLOGO

4ª edição revista



editora
unesp

© 2023 Editora Unesp

Direitos de publicação reservados à:

Fundação Editora da Unesp (FEU)

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo – SP

Tel.: (0xx11) 3242-7171

Fax: (0xx11) 3242-7172

www.editoraunesp.com.br

www.livrariaunesp.com.br

atendimento.editora@unesp.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

O48t Oliveira, Roberto Cardoso de

O trabalho do antropólogo / Roberto Cardoso de Oliveira.
– 4. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2023.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5711-183-3

1. Antropologia. 2. Antropólogo. 3. Trabalho. I. Título.

2023-342

CDD 301

CDU 572

Índice para catálogo sistemático:

1. Antropologia 301

2. Antropologia 572

Editora afiliada:



Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

Para o amigo e colega
Luiz de Castro Faria

SUMÁRIO

Nota de agradecimento 9

Prólogo 11

Primeira parte – O conhecimento antropológico

Capítulo 1 – O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir,
escrever 21

Capítulo 2 – O movimento dos conceitos na
antropologia 43

Capítulo 3 – A antropologia e a “crise” dos modelos
explicativos 61

Capítulo 4 – *O* lugar – e *em* lugar – do método 83

Capítulo 5 – A dupla interpretação na
antropologia 107

Segunda parte – Tradições intelectuais

Capítulo 6 – Antropologias periféricas *versus*
antropologias centrais 123

Capítulo 7 – A etnicidade como fator de estilo 153

Capítulo 8 – Relativismo cultural e filosofias
periféricas 179

Terceira parte – Eticidade e moralidade

Capítulo 9 – Etnicidade, eticidade e globalização 193

Capítulo 10 – Sobre o diálogo intolerante 217

Bibliografia citada 229

Índice analítico 237

NOTA DE AGRADECIMENTO

Os ensaios que constituem o volume foram escritos entre os anos 1992 e 1997, período em que estive vinculado ao CNPq na condição de Pesquisador Bolsista 1/A (Processo 30406/88-8), desde minha aposentadoria na Unicamp. Continuei na mesma universidade na função honorífica de Professor Titular Convidado durante todo o período em que redigi os ensaios. A partir de agosto de 1995, ainda que mantendo os mesmos elos acadêmicos e afetivos com meus colegas do Departamento de Antropologia da Unicamp, integrei-me no corpo docente da Universidade de Brasília, precisamente no seu Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre a América Latina e o Caribe – CEPPAC, na condição de Professor Titular Visitante, onde permaneço até o presente. A todas essas instituições sou profundamente grato por me haverem assegurado condições de trabalho excepcionais, sem as quais não teria sido possível redigir os aludidos ensaios. É necessário ainda esclarecer que muitos deles foram originalmente conferências ministradas em eventos realizados fora da Unicamp e da UnB que, por sua vez, não opuseram qualquer dificuldade para minha participação nos mesmos, o que me deixa em débito para com ambas instituições – não me cabendo, nesta oportunidade, outra atitude senão a de expressar meus agradecimentos.

Para não elaborar uma relação demasiadamente extensa, não mencionarei nomes, limitando-me a registrar minha profunda gratidão aos colegas do Departamento de Antropologia/Unicamp e do CEPPAC/UnB, bem como aos seus funcionários, pelo apoio que me dispensaram, sempre com simpatia e calor humano.

PRÓLOGO

A ideia de reunir este conjunto de ensaios ocorreu quando verifiquei que, de maneira bastante espontânea, refletiam as três dimensões de meu trabalho atual e que, por sua vez, articulavam-se entre si, revelando um núcleo de interesses desdobrado em dez resultados parciais. Foi como ver em meu próprio trabalho a efetivação do famoso círculo hermenêutico, da interação dialética entre as partes e o todo: os ensaios, as totalidades parciais em que se encaixam para, finalmente, aglutinarem-se no livro que, por razão óbvia, intitulei *O trabalho do antropólogo*, inspirado no título do primeiro ensaio.

Foi assim que surgiram as três partes que sustentam a arquitetura do volume: a primeira, “O conhecimento antropológico”; a segunda, “Tradições intelectuais”; e a terceira, “Eticidade e moralidade”.

Na primeira, revela-se uma temática que me acompanha desde o início de minhas preocupações intelectuais, melhor diria, desde o tempo de estudante de filosofia: a constituição do conhecimento, ou melhor, do conhecimento em geral, gnosiológico; posteriormente, já me endereçando para as ciências humanas, o conhecimento científico, especificamente a epistemologia das ciências sociais e, de um modo todo particular – desde que me reconheço como antropólogo –, o conhecimento produzido pelo exercício da antropologia social e cultural. Os cinco capítulos em que se decompõe a primeira parte

são testemunhos eloquentes desse interesse sobre a epistemologia de minha disciplina. Porém, uma epistemologia intimamente enraizada na prática da antropologia e em uma tentativa de passar uma experiência de pesquisa e de reflexão para os mais jovens, especialmente para o estudante não só de antropologia, mas também de ciências sociais. Nesse sentido, sempre tive por meta movimentar-me – e, comigo, meus alunos – nos interstícios que separam as disciplinas sociais. Esse pensamento de fronteira interdisciplinar sempre me pareceu de grande fecundidade, no sentido de abrir o espírito para horizontes mais amplos. E nessa preocupação de comunicar-me com o alunado encontrei estímulo para reproduzir – às vezes reiterando, com certo exagero, minhas ideias e meus argumentos – aquilo que eu chamaria, na falta de melhor termo, o *summus* do que considero ser o mais significativo de minha própria experiência. Um grande esforço de espremer e de comprimir – literalmente falando –, mais de acordo com o segundo sentido do verbete “sumo”, do *Dicionário Caldas Aulete*, do que com o primeiro, em que o termo significa “ápice” ou “excelência” – como o radical latino sugere. Vejo, assim, como conteúdo dos ensaios, o resultado de um desempenho profissional fundado na busca de transferir ao estudante a experiência de um pensamento disciplinado pela academia; tarefa que considero ser o principal trabalho de um professor. Nesse sentido, só tenho a reconhecer – e a agradecer – aos meus alunos de pós-graduação da Unicamp, durante os anos em que lá ensinei e onde tive a honra de receber o título de Professor Emérito, como também aos da USP, da UFRJ-Museu Nacional e da UnB-CEPPAC, instituições com as quais estive ligado ultimamente na condição de professor visitante, nelas lecionando em diferentes ocasiões.

É assim que no Capítulo 1 – “O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever” – procurei passar ao leitor uma reflexão sobre o que me pareceu constituir-se nas etapas mais estratégicas da produção do conhecimento antropológico. É quando procuro mostrar que a função de escrever o texto é mais do que uma tentativa de exposição de um saber: é também e, sobretudo, uma forma de pensar, portanto,

de produzir conhecimento. Eu diria que as três etapas indicadas no subtítulo “Olhar, ouvir, escrever” – como atos cognitivos que são –, além de trazerem em si responsabilidades intelectuais específicas, formam, pela dinâmica de sua interação, uma unidade irreduzível. Atualizar essa unidade no exercício mesmo da construção do conhecimento parece-me a tarefa mais obstinada do *métier* do antropólogo; e, reitero, repassá-la ao aluno, o trabalho mais responsável do professor de antropologia.

O Capítulo 2 – “O movimento dos conceitos na antropologia” – pareceu-me constituir uma boa oportunidade de mostrar como conceitos gerados em outras latitudes, sobretudo em centros metropolitanos, aportam na América Latina e, nela, são remodelados de conformidade com nossas especificidades, sendo portanto recontextualizados; e, nesse processo de recontextualização, deixa sua marca criativa o antropólogo latino-americano, quando imprime uma não desprezível originalidade nessa reapropriação conceitual.

Já no Capítulo 3 – “A antropologia e a ‘crise’ dos modelos explicativos” –, procurei oferecer uma resposta a uma questão renitente nos corredores das universidades, como se fosse algo bastante óbvio para merecer qualquer contestação ou, ao menos, uma interrogação: a ideia de que as ciências sociais – e com elas a antropologia – estavam em crise. Procurei, em primeiro lugar, discutir o conceito de “crise” para, em seguida, argumentar que, se crise havia, não era de caráter epistêmico, mas apenas ligada ao exercício da antropologia em tal ou qual país ou comunidade de profissionais, onde a prática da disciplina encontrava obstáculos institucionais. No bojo desse capítulo, várias questões são colocadas, especialmente as que dizem respeito à construção do conhecimento e aos paradigmas que a sustentam.

Relativamente ao Capítulo 4 – “O lugar – e em lugar – do método” –, a empresa foi diferente, mas absolutamente não dissociada da anterior, uma vez que dei continuidade à reflexão sobre a articulação entre explicação e compreensão, como *co-terminus* de um mesmo empreendimento cognitivo.

No Capítulo 5 – “A dupla interpretação” –, ao dar continuidade à reflexão do capítulo anterior, cuidei em tornar mais claros meus

argumentos sobre a relação dialética entre interpretação compreensiva e interpretação explicativa, apoiado, naturalmente, nas ideias seminais de Karl-Otto Apel e Paul Ricoeur, entre outros autores.

A segunda parte, “Tradições intelectuais”, está voltada para a identificação das raízes das antropologias, notadamente as denominadas “periféricas”, comparando-as com as “centrais” ou metropolitanas, no intuito de elucidá-las reciprocamente – tal como entendo o papel da comparação. É um trabalho de epistemologia histórica, como assim o definiu um colega da Unicamp, filósofo do CLE e *referee* do meu manuscrito que seria publicado com o título *Razão e afetividade: O pensamento de L. Lévy-Bruhl*.¹ A epistemologia histórica que realizei com Mauss² e com Rivers³ segue a mesma orientação. Já atualmente, depois do Seminário sobre “Estilos de Antropologia”, que organizei na Unicamp em 1990, publicado posteriormente com o mesmo título,⁴ meus interesses concentraram-se nas antropologias periféricas, mais do que nas metropolitanas, como as “escolas” francesa, britânica e norte-americana. São, portanto, as tradições intelectuais que vêm se formando nas regiões do planeta para onde aquelas antropologias “centrais” foram transplantadas e que, hoje, constituem o principal foco de minhas preocupações de caráter epistemológico e histórico.

Assim, o Capítulo 6 – “Antropologias periféricas *versus* antropologias centrais” – é bem um trabalho escrito sob aquele escopo. Com ele, o leitor verá, procurei relativizar o sentido do termo *versus*, tal como fiz no Capítulo 3 com o termo *crise*, pondo em discussão a aplicabilidade de cada um no terreno em que pisava, portanto em contextos em que esses termos mudavam de sentido em decorrência de minha interpretação sobre as situações que eles pretendiam classificar. Se o sentido de crise – epistêmica – tinha uma significação

1 Segunda edição, Brasília, Paralelo 15 e EdUnB, 2002.

2 Cardoso de Oliveira, *Marcel Mauss*, São Paulo: Ática, 1979.

3 Cardoso de Oliveira, *A antropologia de Rivers*, Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

4 Cardoso de Oliveira e Ruben, *Estilos de antropologia*, Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

positiva, como procurei mostrar, *versus* igualmente tinha a mesma significação positiva: nesse caso, o de apontar para uma tensão entre antropologias periféricas e centrais, bastante bem absorvida pela *matriz disciplinar* da antropologia – uma expressão, aliás, que comparece na maioria dos capítulos do presente volume e que foi explorada amplamente no meu livro *Sobre o pensamento antropológico*.⁵

E se meu interesse se circunscrevia mais nas antropologias que vicejam na América Latina, nela não se esgota, como mostra o Capítulo 7, “A etnicidade como fator de estilo”, no qual procuro investigar as condições históricas de emergência da antropologia que se faz na Espanha, especificamente na Catalunha, identificando o processo de etnização da disciplina, marcada pela ideologia da catalanidade. Claro que o interesse em ampliar o prisma da comparação elucidativa não se restringe ao meu próprio trabalho, mas se desdobra em pesquisas de colegas e de estudantes, como o de Guilherme R. Ruben, no estudo da antropologia canadense de expressão francesa quebequense; nos dos ex-alunos, hoje doutores, Celso Azzan Jr., também no Quebec; de Marta Topei, em Jerusalém; de Leonardo Figoli, na Argentina; ou de Stephen Baines, na Austrália, todos conduzidos por diferentes preocupações teóricas, porém igualmente atentos à questão estilística como via de acesso às antropologias periféricas.

Já o Capítulo 8 – “Relativismo cultural e filosofias periféricas” – é uma incursão em uma área que só me permiti penetrar por verificar que o tema sobre o qual a coletânea organizada por um colega, Marcelo Dascal,⁶ singrava águas vizinhas às que eu estava habituado a navegar! Entendi, assim, que comentá-lo seria estar colocando também em perspectiva o trabalho de duas disciplinas: a filosofia e a antropologia. O encontro das disciplinas em uma área de fronteira – como sói ser o estudo de heranças periféricas de tradições intelectuais eurocêntricas – só poderia ser benéfico a ambas.

5 Cardoso de Oliveira, *Sobre o pensamento antropológico*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988, 2.ed., 1997.

6 Dascal, *Cultural relativism and philosophy: North and Latin American perspectives*, Leiden: E. J. Brill, 1991.

É quando a via estilística de investigação talvez possa se mostrar igualmente fecunda.

Com a terceira parte, “Eticidade e moralidade”, encerra-se o volume, passando para uma linguagem que, sem deixar de ser acadêmica, volta-se para o que se poderia chamar de “discurso prático”, quando o trabalho do antropólogo procura circunscrever-se às questões de eticidade e de moralidade, vistas como espaços socioculturais do “dever” e do “bem-viver”; de obediência a normas instituídas por consensos, historicamente aferíveis, e de comprometimento com a elevação da qualidade de vida do Outro – sujeito-objeto por excelência da investigação antropológica. Esse discurso prático é exercitado precisamente no exame das possibilidades da “ética discursiva” apeliana-habermasiana na formulação de ideias que venham a contribuir na elucidação da natureza do diálogo interétnico, apontando para suas distorções – a comunicação distorcida – e para a suposta, e portanto equivocada, crença na incomensurabilidade das culturas, ou seja, de campos semânticos diferentes e absolutamente impetráveis. Este é o tema central do Capítulo 9 – “Etnicidade, eticidade e globalização”.

O Capítulo 10 – “Sobre o diálogo intolerante” – é, a rigor, uma continuação do anterior, já agora centrado na distinção entre a tolerância, tomada como manifestação de caridade, e a tolerância entendida como ato de justiça. Esse segundo sentido é o que deveria preponderar na orientação do diálogo interétnico, particularmente quando exercitado pelo polo dominante da relação interétnica. A temática dessa última parte do volume – não posso deixar de informar ao leitor especialmente interessado – tem sua fonte maior em um livro que recentemente veio a lume,⁷ no qual, em três dos ensaios, exploro a teoria da ética do discurso em conexão com a antropologia.

Não poderia concluir este Prólogo sem pedir ao leitor uma certa tolerância – e aqui em seu sentido de caridade – às repetições de

7 Cardoso de Oliveira, *Ensaaios antropológicos sobre moral e ética*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

ideias e de argumentos que proliferam nos ensaios, uma vez que, escritos autonomamente, não estavam previstos para ser editados como capítulos de um livro. Como sempre, alterar os ensaios para escoimá-los de repetições pareceu-me retirar dos textos seus respectivos contextos, procedimento que lhes tiraria igualmente o significado do lugar e do momento de sua produção. Claro que procurei retirar tudo aquilo que considerei excessivo – na forma e no conteúdo – desde que não resultasse em uma descaracterização do texto original.

Brasília, 4 de janeiro de 1988

RCO

PRIMEIRA PARTE
O CONHECIMENTO ANTROPOLÓGICO

